

Salários de juízes e desembargadores do Estado são os mais altos do Brasil

PÁGINA 2

servidor público. MS

Jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS

Segunda-Feira, 2 de Setembro de 2019

Distribuição Dirigida

www.servidorpublicoms.com.br

Ano 7 | Edição 112

EM CINCO ANOS, REAJUSTE DADO POR AZAMBUJA NÃO CHEGA A 23% DA INFLAÇÃO DO PERÍODO



*Sem recuperar nem o que perdeu com a inflação no período, o funcionalismo de Mato Grosso do Sul tem recorrido constantemente aos empréstimos consignados. **Página 2***

VIRADA TECNOLÓGICA

Casems lança plataforma para acompanhamento de guias médicas e exames pelos beneficiários

PÁGINA 5

DESDE 1952, NOSSA LUTA NÃO PARA!

Manifesto 13 de agosto da ACP

PÁGINA 3

SAÚDE É DIREITO DO POVO E DEVER DO ESTADO

Sintss defende o HR-MS contra a terceirização em Audiência Pública



PÁGINA 6

Salários de juízes e desembargadores do Estado são os mais altos do Brasil

|| O salário dos 210 juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul continua sendo o mais alto do País. O valor médio de R\$ 85.745 é 76,6% maior que o pago aos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e bate com folga a média salarial dos magistrados federais e da Justiça do Trabalho.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Por outro lado, o vencimento médio pago aos 5.472 servidores do Poder Judiciário Estadual fica em 9º lugar no ranking nacional e abaixo do recebido pelos funcionários do STJ e do Tribunal Regional da 3ª Região. Os números constam do anuário Justiça em Números 2019, lançado na quarta-feira (28 de agosto) pelo presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli.

O cálculo inclui subsídio, diárias, passagens, previdência social, indenizações judiciais e eventuais, entre outros benefícios. Não é a primeira vez que os magistrados sul-mato-grossenses ganham destaque nacional por receber o maior salário. Ou usando uma linguagem dos beneficiados, total de créditos recebidos.

Um trabalhador comum levaria sete anos e um mês para acumular os R\$ 85.745 pagos a um juiz estadual. Ele precisaria trabalhar por 85 meses consecutivos para ganhar esta fortuna. Em média, o total pago ao magistrado estadual no ano passado foi de R\$ 1.028.940 – este montante equivaleria ao prêmio da loteria para a maioria absoluta dos brasileiros.

O valor médio pago em 2018 teve redução de 14,77% em relação ao ano anterior, quando a média ficou em R\$ 100.607. Uma das causas foi o fim do auxílio moradia, que representava 20% do subsídio e tinha caráter indenizatório.

Em relação à média desembolsada pelos tribunais estaduais das 27 Unidades da Federação, que foi de R\$ 47.426, o sul-mato-grossense recebeu valor 80% superior.

Os juízes federais e desembargadores do TRF3, que ganharam notoriedade ao julgar a Operação Lama Asfáltica e mandar para a prisão políticos e empresários poderosos, receberam R\$ 50.431 em média, no ano passado. O montante pago pelo TJMS é 70% maior, conforme o CNJ.

O segundo colocado no ranking nacional é o Tri-

bunal de Justiça de Goiás, que pagou R\$ 75.375, em média, no ano passado. O menor valor foi pago aos juízes do Pará, que receberam R\$ 30.894 – o TJMS pagou salário 177% acima deste valor.

O desembolso é 85% superior ao salário médio de R\$ 46.836, pago aos juízes e desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

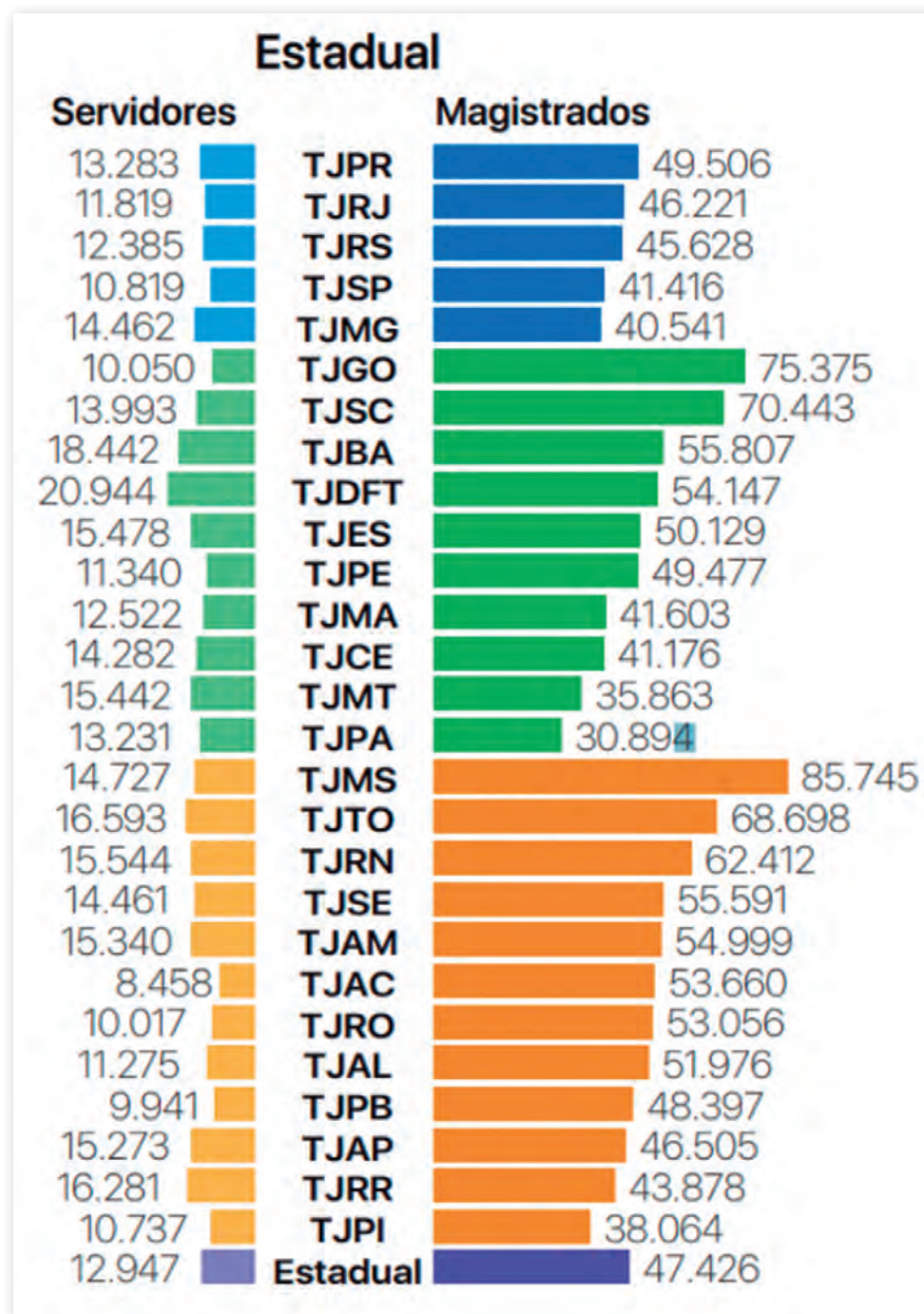
A mesma sorte não contemplou os servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que tiveram média salarial de R\$ 14.727 no ano passado. Em relação ao salário dos funcionários do Distrito Federal, que receberam R\$ 20.944, a média salarial é 42% menor.

O TJMS paga menos que o STJ, com média de R\$ 23.170, e do TRF3, R\$ 20.274.

Nem todo é dado negativo. A Justiça estadual tem a menor proporção de servidores comissionados no País, de 6,6%, só atrás do DF, com 6%. Isso significa que a maior parte dos servidores são efetivos e concursados.

No total, a despesa do TJ somou R\$ 1,015 bilhão no ano passado. Os magistrados receberam 354.931 novos processos para julgar, enquanto haviam 896,9 mil pendentes.

Custo médio mensal dos tribunais com magistrados e servidores, incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais



Manifesto 13 de agosto da ACP

No dia 13 de agosto de 2019, convocados pela ACP, os profissionais da Educação Pública de Campo Grande realizaram uma grande paralisação em Defesa da Escola Pública. Diante de uma série de ataques à educação, em âmbito nacional, estadual e municipal, os educadores das Redes Estadual e Municipal de Ensino (REE e REME) protestaram pelos seguintes motivos:

EM DEFESA

1. Recursos financeiros para a Educação;
2. Eleição para diretores, APM e Colegiado / Conselho Escolar;
3. Educação inclusiva;
4. Democracia e Constituição Federal.

CONTRA

1. Fim da aposentadoria;
2. Privatizações;
3. Lei da Mordça;
4. Redução de salário de professores;
5. Cenário atual de ataque à educação pública REE e REME:
 - a. Redução de salários dos professores convocados da Rede Estadual;
 - b. Retirada dos professores das salas de tecnologias – REE e REME;
 - c. Substituição dos professores APE's (Apoio Pedagógico Especializado), por AEI's (Assistentes Educacionais Inclusivos), da Educação Especial da REME;
 - d. Aumento da alíquota de contribuição dos servidores para a Previdência Municipal e Estadual, de 11% para 14%.

Durante a programação de ações no Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Escola Pública, a ACP organizou uma plenária que debateu Precarização do Trabalho pós Reformas; Conjuntura Política do Brasil e Situação da Educação: Piso Salarial, PNE e FUNDEB Permanente.

No debate, os professores de Campo Grande definiram os temas centrais que resultam como pautas de lutas dos trabalhadores das Redes Estadual e Municipal de Ensino, elencados abaixo. Também foi decidido que este manifesto será encaminhado aos governos federal, estadual e municipal, bem como aos parlamentares.

TEMAS CENTRAIS DE LUTA DA ACP:

1. Promover a conscientização da luta de classes entre os trabalhadores;
2. Defender a Educação Pública, laica, democrática e para todos;
3. Debater a representação política da classe trabalhadora;
4. Ampliar a formação e fortalecimento da base sindical;
5. Promover debates contínuos em defesa do PNE (Plano Nacional da Educação) e das legislações de valorização da educação.

A ACP, representando seus mais de cinco mil filiados, convoca toda a população para se juntar nessa luta em Defesa da Escola Pública e contra a Retirada de Direitos dos Trabalhadores.

ACP – DESDE 1952, NOSSA LUTA NÃO PARA!



Em cinco anos, reajuste dado por Azambuja não chega a 23% da inflação do período

Em cinco anos de gestão, o reajuste concedido aos servidores públicos pela gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB) é o equivalente a menos de 23% da inflação acumulada do período. Além de não oferecer condições adequadas de trabalho aos servidores, o tucano está perto de deixar o funcionalismo público estadual em estado de miséria. Sem recuperar nem o que perdeu com a inflação no período, o funcionalismo tem recorrido constantemente aos empréstimos consignados.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A inflação acumulada de janeiro de 2015, quando o mandatário assumiu o Executivo Estadual, até julho deste ano, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é de 28,4%.

O número é referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No mesmo período, o



Thiago Mônaco, presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul

reajuste salarial concedido ao funcionalismo foi de 6,32%.

Com os salários defasados, o funcionalismo tem vivido dias de terror no Estado. Presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, Thiago Mônaco lembra que um levantamento feito pela associação das entidades que representam policiais e bombeiros militares em todo o País aponta que o salário inicial de um policial militar, em início de carreira, em Mato Grosso do Sul ocupa o 20º lugar no ranking nacional. O salário de um soldado da PMMS, hoje, é de R\$ 3.352. “Isso demonstra

a falta de atenção com esses valorosos profissionais que, todos os dias, arriscam suas vidas para proteger a população. O tratamento dado pelo governo aos servidores é de indiferença”, afirma.

Mônaco compara, ainda, a situação do funcionalismo público estadual à escravidão. “O comprometimento do salário é enorme. A gente tem observado que o governo tem trabalhado, de forma voraz, para prejudicar o servidor e colocar, junto à sociedade civil, a imagem de que o funcionário público é um demônio, que só tem privilégios”, comenta.

Com a defasagem e a falta de recomposição salarial, Mônaco afirma que os empréstimos consignados se tornaram a tábua de salvação provisória do funcionalismo público. Ele estima que, hoje, mais de 90% estão com empréstimos consignados contratados junto a instituições financeiras.

“O servidor tem tentado sobreviver a um sistema que todo dia aumenta a carga tributária. E, por isso, tem tanto servidor endividado. O IPTU, IPVA são reajustados anualmente. O mesmo não acontece com o salário do servidor público em Mato Grosso do Sul”, explica.

Além de não conceder reajuste nem para cobrir a inflação do período, Azambuja também majorou a contribuição previdenciária do funcionalismo. A alíquota de contribuição subiu de 11% para 14%, o que, na realidade, representou mais uma perda salarial para os servidores. Dependendo da faixa salarial do servidor, o comprometimento do salário com imposto de renda, contribuição previdenciária e plano de saúde ultrapassa 40%. “Tudo sobe. Nós, servidores, temos tentado nos readequar a um salário que está há praticamente cinco anos, congelado”, defende Mônaco.

A situação não é muito diferente da vivenciada pelos servidores do Detran

Presidente do sindicato que representa os servidores do Detran, Octacílio Sakai afirma que, apesar dos funcionários do órgão terem feito a lição de casa e contribuído para uma redução de R\$ 30 milhões das despesas para os cofres estaduais, eles têm sofrido perseguição constante. “O governo vê o servidor como inimigo, como mau funcionário. Não nos vê como parceiros. Na verdade, ele (governo) quer acabar com o servidor público e está sucateando todos os órgãos públicos”, garante.

O sucateamento, segundo Sakai, ficou evidente quando a empresa que detém o contrato de lombadas e radares com o governo estadual anunciou, por duas vezes, o desligamento dos aparelhos por falta de pagamento. A dívida do governo com a empresa chegava a R\$ 10 milhões. “Antigamente, ninguém pagava nada para fazer vistoria. O governo terceirizou e hoje pagamos uma das taxas de vistoria mais altas do país”, exemplifica o presidente do SinDetran-MS.



Octacílio Sakai, presidente do sindicato que representa os servidores do Detran

Para Octacílio Sakai, a perseguição do governo é em razão das denúncias que têm sido feitas pelo funcionalismo público – e se mostrado procedentes – e desmascarado a corrupção na gestão tucana. Um exemplo é denúncia de corrupção no Detran-MS, que levou, até mesmo o então presidente do órgão, Gerson Claro, a dar explicações à Justiça.

“O que está claro é que todas as denúncias têm partido dos servidores públicos. Todas as falcatruas dentro do Detran foram cometidas por funcionários escolhidos por ele, comissionados. Não foram funcionários de carreira que fizeram isso”, pontua Sakai.

servidorpublico.MS

Jornalista Responsável:
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:
(67) 99925-79847

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto
Campo Grande (MS) – 79062-310

Cassemms lança plataforma para acompanhamento de guias médicas e exames pelos beneficiários

A partir do dia 1º de setembro, a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassemms) inicia um processo de transição tecnológica, com o recebimento da plataforma C-conecte, de acompanhamento de guias médicas e autorizações de exames pelos beneficiários. Na prática, a ferramenta diminui a necessidade da presença do usuário na Unidade Cassemms e agiliza os processos, de modo que ele consiga acompanhar o andamento das suas pendências on-line. A iniciativa faz parte do projeto Integra 360º, de troca do sistema interno da Operadora.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

DE OLHO NO FUTURO

De acordo com a diretora de Assistência à Saúde da Cassemms, Maria Auxiliadora Budib, a novidade do C-conecte chega para trazer melhorias para os setores de tecnologia da informação, atendimento integrado e de clientes. “A gente tinha o E-autorizador, que nos serviu por todos esses anos, mas a tecnologia da informação evoluiu e isso é muito importante para a gestão e ainda mais importante para o beneficiário, que terá o seu tempo valorizado, sem necessidade de estar presente em nossa Unidade”.

Com a plataforma, o beneficiário não pre-



cisa mais levar a guia física dos seus exames para a Operadora autorizar. Maria Auxiliadora destaca que, além de trazer praticidade para os usuários, o C-conecte também agiliza os processos de autorizações. “Exceções existem, mas a grande maioria das vezes, o médico solicita o procedimento on-line e o beneficiário recebe a resposta da autorização também on-line”.

Outro benefício é a redução de custos, por meio da economia de papel para a realização dos processos. Para a diretora, a Cassemms caminha para um futuro guiado pela tecnologia e sustentabilidade. “Temos o tempo rápido e real da tecnologia de informação. A diretoria, a presidência, os conselhos, e, acredito que os beneficiários e a rede credenciada vão entrar em uma nova era de tecnologia e conectividade”.

Desafios da Transição

Para esta transição tecnológica, o presidente da Cassemms, Ricardo Ayache, garante o compromisso dos colaboradores em ter atenção para todo o processo de implantação e apresentar o sistema para os beneficiários. Desta forma, os funcionários dos setores responsáveis pelo andamento da plataforma receberam treinamentos para a melhor utilização do novo recurso, com espaço para dialogar e compreender a ferramenta.

O foco da Cassemms é trazer o C-conecte não

apenas para agilizar o trabalho da Operadora, mas, também, investir em qualidade na introdução de um novo sistema e, durante a transição, garantir a segurança da plataforma e ter a confiança dos beneficiários. “Não podemos permitir que a evolução transforme o atendimento em algo impessoal, muito pelo contrário. Temos que trabalhar para que esse novo sistema nos dê mais tempo ainda para cuidar dos beneficiários. Para que tenhamos um olhar mais atencioso, mais cuidadoso e carinhoso com os usuários do plano de saúde”.

Integra 360º

O C-conecte faz parte de um projeto maior, o Integra 360º. A iniciativa possui o objetivo de atender as normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que regulamenta os planos de saúde do País e, também, aprimora o sistema interno da Cassemms.

A grande vantagem do investimento, além da melhoria do funcionamento do plano de saúde para os beneficiários e gestores, foi o progresso da nota no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Em dezembro de 2018, o projeto foi implantado nos setores de Cadastro dos Beneficiários e Atendimento Integrado.

De acordo com a diretora de Clientes da Cassemms, Jucli Stefanello Peruzzo, esse trabalho é desenvolvido com foco nos beneficiários. “Queremos facilitar a vida dos usuários do plano de saúde. O projeto foi feito para que os beneficiários tenham segurança no atendimento sem necessariamente ir até a Operadora. Se ele quiser, tem essa alternativa do atendimento presencial, mas nos atentamos às condições deles, que são os donos do plano. Alguns moram longe e dependem de transporte público, outros possuem deficiência e lidam com a falta de acessibilidade”.

Para o futuro, as expectativas são de aprimorar ainda mais os recursos já existentes. Jucli Stefanello afirma que o Portal do Beneficiário é uma ferramenta importante para contribuir neste processo. “Agora, ainda teremos o aplicativo e pretendemos melhorar cada vez mais, dispensando o uso excessivo de papel e o deslocamento do beneficiário. O sistema auxilia para a melhoria da experiência dos usuários da Cassemms na capital e no interior”.

Benefícios

O coordenador técnico do projeto, Catyhus Cordeiro, explica que a construção e implantação do C-conecte na Cassemms aconteceu em uma ação conjunta entre os setores de Tecnologia da Informação (T.I) e Diretoria de Assistência à Saúde (DAS).

“A partir de setembro, iniciamos uma transição de sistemas para que as operações sejam realizadas on-line, ou seja, sem a necessidade de guia em papel, dando agilidade e comodidade aos nossos beneficiários que poderão acompanhar seus pedidos de autorização através o aplicativo, via celular ou Portal do Beneficiário. O compromisso do setor de Tecnologia da Informação é trabalhar para o funcionamento e segurança da plataforma”.

A gerente de Assistência à Saúde, Elea Godoy, afirma que a plataforma digital dará mais segurança para a comunicação entre os prestadores de serviço e a Operadora, além de oferecer conforto aos beneficiários. “Será por meio de tecnologias, por exemplo, a criação de plataformas como o C-conecte, aplicativos e Portal do Beneficiário, que a Operadora estará habilitada a atender todo o estado de Mato Grosso do Sul com agilidade, transparência e manter o atendimento de forma humanizada”. Elea reitera que os colaboradores da Cassemms que interagirão com a plataforma receberam treinamento apropriado para tirar as dúvidas e solucionar as demandas dos beneficiários durante o tempo de adaptação do C-conecte no plano de saúde. “O maior benefício do C-conecte será a agilidade e a comodidade no processo de autorização para os beneficiários, também, teremos mais eficiência e interação entre Auditoria Médica e Rede Credenciada”.

Sintss defende HR contra a terceirização

|| Foi realizada na última quinta-feira (29 de agosto), a Audiência Pública “Gestão e Condição do Hospital Regional de Campo Grande, organizada pela Assembleia Legislativa do Estado.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Representando os trabalhadores do HR-MS, Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS, participou da mesa da Audiência Pública e reforçou que o hospital é referência em atendimentos de oncologia adulto, pediatria, hemodiálise, tratamento de feridas, entre outros.

Criticando uma possível terceirização do HR-MS por parte do governo, Bueno disparou, “OS não deu certo em lugar nenhum, é só corrupção, governo do PSDB, Secretário de Saúde, vamos por 5, 10, 15 anos, vocês serão os responsáveis por todos os amputados que tiverem andando aqui em Campo Grande... põem para a população [saber] o HR atende 1.800% do atendimento de angiologia, que é os diabéticos, as varizes, as feridas que nós atendemos lá dentro” afirmou.



Audiência

O evento foi uma proposta do deputado estadual Antônio Vaz, presidente da Comissão de Saúde, e a audiência contou com a presença de outros três parlamentares: Coronel David (PSL), Pedro Kemp (PT) e Renato Câmara (MDB).

Kemp propôs uma gestão participativa, ao invés de se iniciarem tratativas sobre a entrega da gestão do HR-MS para um OS, ele ainda frisou, “tivemos informação de gasto de R\$ 22 milhões por mês. Isso representa diferença grande com relação aos R\$ 30 milhões ou R\$ 32 milhões. Onde estão os R\$ 10 milhões dessa diferença?” questionou Kemp.

No evento, o Secretário de Saúde do Estado, Geraldo Resende, não levou dados e não fez nenhuma apresentação na audiência, mas defendeu gestões via OS, além de afirmar que “não dá mais pra fazer governança direta”, alegando assim que a sua secretaria está discutindo outras formas de gestão para o Hospital.

Portas abertas

Relatando sua própria experiência como funcionário do Pronto Socorro do HR-MS, Ricardo Bueno ressaltou uma grande diferença de tratamento aos usuários de saúde que ele observa, “quando tinha aquele negócio de senha, nós nunca negamos o atendimento, a gente dizia ‘eu não vou negar atendimento, o cara tá morrendo aí na porta’, na Santa Casa o cara não entra, no HU o cara não entra, lá no Hospital Regional ele entra” disse o sindicalista, recebendo aplausos do plenário, que estava lotado de servidores do Hospital Regional.



Precarização da saúde

O sindicato avalia que o grande problema enfrentado pela saúde pública é que o estado brasileiro não assume sua responsabilidade com o serviço público.

Esta opção acaba sucateando o ambiente de trabalho e piorando cada vez mais as condições de atendimento à população, estas ações pioram as condições de trabalho e atendimento para justificar a terceirização.

Neste sentido, a direção do sindicato não se vê surpreendida sendo este o tipo de argumento apresentado por setores do Estado para justificar as privatizações.

A direção do SintssMS reforça que junto com as ações de privatização, sempre vieram junto os elementos de corrupção, lavagem de dinheiro, que podemos observar na Operação Sangue Frio, por exemplo.

O Hospital Regional é um patrimônio do povo sul-mato-grossense, ele é responsável por 22% dos atendimentos em Campo Grande, cobrindo assim a segunda maior demanda da região.

Saúde é direito do povo e dever do Estado, disse Bueno



“Quem que atende na rede se não for nós? E se a gente não atender? Vai amputar como amputavam antes? Então tem que saber, porque OS ela não faz isso aqui que a gente faz” reforçou o dirigente.

SINDIJUS protocola pedido de informações sobre pagamentos efetuados pelo TJMS

A direção-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) protocolou no dia 28 de agosto Pedido de Providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), requerendo informações detalhadas sobre gastos/orçamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), bem como sobre os pagamentos de licença-prêmio verificados nas publicações do Tribunal.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Conforme deliberado pela categoria na última reunião do Conselho Geral, além do ajuizamento do mandado de segurança visando o cumprimento da Lei da revisão geral anual, e das manifestações sincronizadas do dia 03/07/2019, foi determinado que o Sindicato continue to-

mando as providências em busca de benefícios aos servidores.

Diante da falta de respostas do TJ/MS em relação ao pedido protocolado no dia 08/08/2019 tornou-se necessária a provocação do CNJ para buscar mais transparência em informações públicas.

O pedido se justifica pelo cenário de negativa geral de direitos e benefícios, de modo que há grande necessidade de esclarecimentos acerca de gastos observados pelos servidores nas publicações do Tribunal de Justiça, para uma maior transparência e ciência de todos acerca da atual condição financeira do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Nele requereram-se informações detalhadas acerca dos empenhos 2019NE00091,

2019NE00092, 2019NE00115, ("PAG. MAGISTRADOS") publicados na pág. 09 do DJ nº 4198, no tocante a eventual legislação ou decisão judicial/administrativa que os fundamente, bem como se são relativos à previsão anual de orçamento ou a pagamento único ou parcelado.

Bem como, requereram-se informações detalhadas acerca dos empenhos 2019NE00133, 2019NE00134, 2019NE00135, ("AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO") publicados na pág. 21 do DJ nº 4231, no tocante a eventual legislação ou decisão judicial/administrativa que os fundamente, bem como se são relativos a previsão anual de orçamento ou a pagamento único ou parcelado, e ainda se a despesa se refere a servidores ou magistrados.

Por fim, quanto aos dados de



folha de pagamento de licença-prêmio de janeiro/2019 a julho/2019, divulgados no portal da transparência, fundamentados pelo art. 245-A, do CODJ, requereram-se informações acerca da eventual existência de norma regulamentadora, e

se positivo, o seu inteiro teor, número, data, dados da publicação, e principalmente informações acerca de eventual decisão administrativa ou judicial que tenha determinado o pagamento de tais verbas, incluindo o seu inteiro teor.

4ª Corrida do Policial Civil está com inscrições abertas

Estão abertas as inscrições para a 4ª Corrida do Policial Civil que será realizada no dia 15 de setembro, em Campo Grande, em alusão ao Dia do Policial Civil. Como em outras edições, a corrida terá percursos de 5 e 10 km, com 600 vagas limitadas para adultos de ambos os sexos. Desse total, 200 vagas são para filiados do sindicato.

As inscrições poderão ser feitas até 10 de setembro através do aplicativo Kmais Clube ou na sede do Sinpol.

Haverá premiação para os primeiros colocados de acor-

do com a categoria e sorteio de brindes no dia do evento. "A Corrida do Policial Civil já se tornou tradicional entre a categoria e tem conquistado cada vez mais espaço com os corredores do Estado. Esse ano queremos novamente promover a interação entre os policiais civis e a sociedade, para que ela conheça melhor quem são as pessoas que trabalham por uma sociedade melhor e segura", declarou o presidente do Sinpol, Giancarlo Miranda.

A inscrição custa R\$ 60,00 (inteira) e R\$ 30,00 (meia), com direito a uma sacochila perso-



nalizada do evento. Para mais informações, o telefone para contato é (67) 9 9169-9131, tratar com Renato Branco – A4 Sports. No dia do evento, o Sinpol-MS também arrecadará

alimentos não perecíveis que serão doados a instituições de assistência social.

POLICIAIS CIVIS

Os policiais civis filiados ao

sindicato terão gratuidade nas inscrições com vagas limitadas, porém a inscrição deve ser feita exclusivamente na recepção do Sinpol ou pelo telefone 3042-6991/6992.

Cobrapol e Federações se reúnem na Senasp para discutirem Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil

|| Após solicitação das representações nacional e regionais da Polícia Civil do Brasil, no último Congresso da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis, o presidente da Cobrapol, André Gutierrez, e representantes das Federações estiveram reunidos com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, na terça-feira (23 de agosto), no Ministério da Justiça, em Brasília. O principal objetivo da reunião foi defender sistematicamente a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil (LONPC), de forma a modernizar a Polícia Civil Brasileira.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Os representantes foram recebidos pelo Secretário Nacional de Segurança Pública – Adjunto, Freibergue Nascimento, mo-

mento em que debateram a LONPC e trataram também do cargo único e carreira única das Polícias Cíveis. Em seguida, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, deu continuidade à reunião ouvindo todos os representantes presentes.

A contribuição da Senasp para a discussão do texto de Lei Orgânica Nacional (PL 1949/07), tendo como relator o Deputado Federal João Campos (PRB), não traz a modernidade necessária à Instituição Polícia Civil, com cargo único e carreira única. Se não houver avanço nesse sentido, a sociedade não receberá nenhum benefício prático.

Durante o encontro, ficou definido que outras reuniões serão feitas, capitaneadas pela Cobrapol, junto às entidades



Representantes foram recebidos pelo Secretário Nacional de Segurança Pública – Adjunto

representativas dos delegados, a fim de buscar um entendimento entre as categorias.

Participaram da reunião, na Senasp, a presidente da Feipol/CON, Marcilene

Lucena; o presidente da Fepol/Norte, Itamir Lima; o presidente da Feipol/ Sudeste, Aparecido Lima; o vice-presidente da Feipol/Nordeste, Ênio Nascimento e o representante da Feipol/Sul, Evandro Baroto.

Venha fazer parte
do maior sistema
de cooperativas
financeiras do país.

**Aqui, o crédito consignado
é diferenciado para os servidores.**

- Menor taxa e maior prazo
- Sem avalista
- Rapidez e agilidade na liberação do crédito

Consulte nossos gerentes.

Agência Campo Grande
(67) 3321-9454
Av. Mato Grosso, nº 3195
Bairro Coophafé - Campo Grande

Agência ACICG
(67) 3222-4160
Av. 15 de Novembro, 390,
Centro. - Campo Grande

SICOOB
Ipê